

REPENSANDO OS RÓTULOS E A HISTÓRIA DOS JÊ NO SUL DO BRASIL A PARTIR DE UMA INTERPRETAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Francisco Silva Noelli*

Ao longo dos últimos 120 anos diversos pesquisadores trabalharam para definir quais as populações humanas que ocuparam o sul do Brasil e as áreas vizinhas no estado de São Paulo e na Província Argentina de Misiones. Foram definidos conjuntos distintos, relacionados a grupos de caçadores-coletores não ceramistas (tradições Umbu e Humaitá; cf. Dias 1994, Hoeltz 1997) e ceramistas (tradição Vieira; cf. Brochado 1984, Robrahn-González 1998), bem como agricultores e ceramistas falantes de línguas da família Jê (tradições Taquara, Casa de Pedra e Itararé; cf. Brochado, 1984; Robrahn-González, 1998) e da família lingüística Tupi-guarani (grupos Guarani; cf. Brochado 1984, 1989; Noelli 1993, 1996a, 1998).

Porém, foi apenas nos últimos 35 anos que se conseguiu reunir e sintetizar coerentemente os dados, ordenados em conjuntos denominados tradições arqueológicas (Terminologia 1976). Estes foram rigidamente definidos sob um recorte fundamentado pelo histórico-culturalismo, difusionismo e determinismos cultural e ecológico, personificados no gigantesco programa dirigido por Betty Meggers e Clifford Evans para a América do Sul e Central (cf. análise crítica em Lathrap 1970a, 1973; Faria 1989; W. Neves 1988; Roosevelt 1991a, b, 1995; Funari 1989, 1991, 1994, 1995, 1998; Barreto 1998; E. Neves 1995, 1998; Noelli 1993, 1996a, b, 1998).

A versão brasileira do projeto de Meggers e Evans foi denominada Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, que funcionou entre 1965 e 1970, desenvolvido por 11 arqueólogos em 9 Estados (Pronapa 1970; Meggers 1985, 1992; Meggers & Evans 1978; Dias 1995). Em nível geral,



Fig. 1 – Área com registros arqueológicos e históricos sobre os Jê do sul do Brasil.

a abordagem pronapiana tinha por princípio um pressuposto sugerido nos anos 50 por Meggers (1955: 129): “tratar a cultura de uma maneira artificialmente separada dos seres humanos”. A adoção deste princípio justificou uma interpretação hermética e refratária em relação as idéias e fatos do panorama americanista, instrumentalizando uma estratégia de seleção de dados que ignorou o conjunto de informações preexistentes e os resultados obtidos parale-

(*) Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

lamente por pesquisadores movidos por outras idéias. Sua aplicação propiciou a formulação de modelos e hipóteses estanques em relação as que estavam sendo desenvolvidas por outras disciplinas, dissociando a pesquisa arqueológica da Antropologia e das outras Ciências Sociais que vinham florescendo no Brasil desde o século XIX.

A manipulação pronapiana criou um cenário artificial, baseado em “*poucos e freqüentemente irrelevantes atributos*” (Barreto 1998:577) de amostras cerâmicas e líticas coletadas na superfície ou em poços-teste. Trabalhando em campo com a maior rapidez possível – um ou dois dias em cada sítio – para cumprir o programa de atividades determinado por Evans & Meggers (1965) no **Guia para prospecção arqueológica no Brasil** e colher evidências na superfície ou em pequenos poços-teste, os arqueólogos pronapianos não criaram as condições para perceber contextos regionais, realizar estudos de adaptação/manejo ambiental e de antropologia física, pesquisas de cultura material ou enfrentar questões sociológica e politicamente dirigidas, dentre as diversas possibilidades de pesquisa arqueológica. De acordo com Roosevelt (1991a: 107), “*seus métodos de escavação e análise combinavam materiais de períodos diferentes, comprimindo artificialmente a seqüência arqueológica*”

Desta forma, foi construído um cenário interpretado “*sob a égide de um determinismo ecológico não-histórico*” (Funari 1998), recheado por publicações que se contentavam apenas em transformar as poucas evidências em fatos e números (Funari *op. cit.*). O resultado deste quadro acadêmico predominante, ainda bem vivo e pouco discutido no presente, é a prevalência de uma postura e de uma abordagem que não contribuem para revelar especificidades materiais e possíveis realidades históricas e sociológicas vividas pelas populações no que hoje classificamos como “região sul do Brasil e áreas vizinhas”.

Embora não exista nenhum estudo rigoroso das coleções e dos sítios arqueológicos em nível local ou regional, é possível empregar uma abordagem alternativa, interdisciplinar, que considere a uniformidade dos atributos morfológicos da cerâmica, do lítico e cerca de 1000 sítios arqueológicos, de maneira que nos permita estabelecer uma associação genérica entre os elementos das “tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra” e a cultura material dos povos Jê do Sul. Ao mesmo tempo, por exclusão, os conjuntos materiais das populações pré-ceramistas Umbu e Humaitá e ceramistas

Minuano, Charrua e Guarani, salvo nos casos onde há evidência arqueológica ou histórica de contato, são bem distintos dos relativos aos Jê do sul.

Olhando além da bibliografia arqueológica e tirando os óculos pronapianos, verifica-se que o conjunto das informações sobre os Kaingang e Xokleng tem origem diversa, a partir de estudos científicos realizados desde o século XIX e documentos burocráticos ou pessoais, redigidos a partir do século XVI por civis, militares e religiosos. Estes dados estão acumulados em um volumoso conjunto de publicações, ultrapassando 1.100 títulos para os Kaingang (Noelli *et al.* 1998), e mais de 600 para os Xokleng (Noelli *et al.* s.d.), além de incontáveis documentos inéditos em arquivos públicos e privados no Brasil e em outros países. Infelizmente, graças ao domínio pronapiano, estas informações ainda não foram consistentemente utilizadas pelos arqueólogos, que primaram por fazer compilações empobrecidas e analogias distorcidas com os dados históricos e etnográficos (p. ex.: Chmyz 1981; Becker 1975a, 1975b, 1985, 1991; E. Miller 1971; Schmitz & Becker 1991).

Diante deste quadro, a pretensão deste trabalho divide-se em duas partes. A primeira trata das principais criações e conclusões pronapianas em torno das “tradições arqueológicas Itararé, Taquara e Casa de Pedra” procurando evidenciar o cenário estanque construído nas últimas quatro décadas sobre sua origem e definição. A segunda compreende a minha interpretação do conjunto de todas as informações sobre os Jê do sul, visando discutir as idéias em torno de sua história, suas origens e expansão pelo sul do Brasil e adjacências. Ao mesmo tempo, aproveitarei esta segunda parte para ir apontando como várias idéias e fatos anteriores e contemporâneos ao PRONAPA foram ignorados ou utilizados indiretamente, a partir de leituras de segunda ou terceira mão.

Um dos meus objetivos é tentar sair do círculo vicioso criado em torno do universo pronapiano, e contribuir para uma interpretação alternativa que comece a ver os Kaingang e Xokleng como integrantes do conjunto multicultural que define os povos Jê do Brasil Central. Também gostaria de insistir num aspecto fundamental para consolidar minha proposta: que se trabalhe para estabelecer as correlações entre o passado arqueológico e o presente etnográfico, seguindo o exemplo da rigorosa abordagem empregada por Wüst (1998) no caso Bororo. Para tanto, precisamos re-analisar e

re-interpretar as coleções arqueológicas depositadas no museus e laboratórios, desenvolver pesquisas regionais duradouras, realizar pesquisas etnoarqueológicas, estabelecer estudos de Antropologia Física e integrar criticamente as informações históricas e etnográficas existentes.

PRONAPA, seus seguidores e a criação das tradições arqueológicas no sul do Brasil

Cumprindo suas partes no PRONAPA, Eurico Th. Miller, José Proenza Brochado, Wilson F. Piaza, Igor Chmyz, José W. Rauth e Silvia Maranca, localizaram inúmeros sítios, contribuindo para ampliar substancialmente o mapa arqueológico do sul do Brasil e São Paulo, inclusive em diversas áreas que ainda não tinham sido pesquisadas até meados da década de 60, como os interiores do Paraná e Santa Catarina. Devem ser incluídos outros pesquisadores que adotaram nas décadas de 60-70 as metodologias e idéias do PRONAPA no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (Pedro I. Schmitz, Ítala B. Becker, Guilherme Naue, Fernando La Salvia, Pedro Mentz Ribeiro, João A. Rohr, Alroino Eble, Oldemar Blasi). Todos estes pesquisadores podem ser enquadrados entre os “pronapianos” (Meggers 1985:369-70). Pode-se, também, incluir neste conjunto a geração posterior ao PRONAPA, principalmente nos anos 70-80, por reproduzir suas metas e idéias, estando inserida no rol de interesses da conjuntura político-acadêmica dominada pelos pronapianos e seus adeptos (Funari 1989, 1994, 1995, 1998; Roosevelt 1995).

Embora ocasionalmente façam menção a trabalhos arqueológicos publicados desde o século XIX, os pronapianos basicamente consideraram apenas o produto de suas atividades, cuja finalidade programática derivava de sua meta: definir “rotas de difusão das cerâmicas” (cf. Dias 1994, 1995). Conseguiram definir pela primeira vez os registros arqueológicos dos povos Jê, que até então só haviam sido pontualmente mencionados e que não constavam nas principais sínteses relativas ao sul do Brasil e adjacências publicadas por arqueólogos profissionais até o início dos anos 60 (cf. Howard 1948, Willey 1949, Silva & Meggers 1963). As exceções, restritas a áreas relativamente pequenas, são os trabalhos de Serrano (1936, 1937) sobre o litoral e o território Kaingang no noroeste do Rio Grande do Sul (a última baseada em informa-

ções de segunda mão), e o publicado por Menghín (1957), sobre o nordeste argentino. Com as pesquisas da década de 60 e o aproveitamento das realizadas no final dos anos 50, os pronapianos e aliados reuniram material suficiente para produzir uma visão geral sobre a presença do que eles definiram inicialmente como “cerâmica não-Guarani”. Eles conseguiram superar o que não houve no período entre 1880 e 1960, pois, junto com a escassez de pesquisas, a falta de comparação de resultados e treinamento científico foram os maiores impedimentos para estabelecer sínteses regionais que contribuíssem para identificar os registros arqueológicos dos Jê do sul.

No final dos anos 60, a interpretação pronapiana postulou três tradições arqueológicas para o sul do Brasil e Estado de São Paulo, denominadas Itararé, Casa de Pedra e Taquara, definitivamente conceituadas em 1968, quando foram realizadas as primeiras comparações sistemáticas entre os dados obtidos no sul do Brasil e Misiones, Argentina. De acordo com a metodologia do PRONAPA, os marcadores eram obtidos nas vasilhas e/ou fragmentos cerâmicos, como o anti-plástico, a cor, o acabamento de superfície e, eventualmente, as formas das vasilhas e os diferentes ambientes de inserção dos sítios arqueológicos para definir suas tradições (cf. método em Meggers & Evans [1967] 1970; veja descrição detalhada dos registros arqueológicos em Brochado 1984: 109-138).

Igor Chmyz (1968), no Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, realizado em julho de 1968, propôs a definição de duas tradições arqueológicas, baseando-se principalmente nas características das vasilhas cerâmicas encontradas no sudeste de São Paulo, no Paraná, Santa Catarina e Misiones (Argentina), denominando-as “Itararé” e “Casa de Pedra” (em menor escala, também considerava os tipos de sítios ocupados e o material lítico).

No mesmo Simpósio, contribuindo para a formação de uma síntese sobre todas as tradições ceramistas no sul do Brasil, Pedro I. Schmitz (1968: 128) incluiu as evidências do Rio Grande do Sul, ampliando a área de ocorrência dos registros arqueológicos das tradições “Itararé” e “Casa de Pedra”. Sem utilizar a terminologia pronapiana, Schmitz (1968: 128) resumiu em uma síntese “*de validade muito transitória*” e “*uma tentativa sujeita a muitas revisões*” a respeito dos três “grandes complexos de cerâmica indígena” localizados no sul do Brasil, apresentando-os de modo ainda indefi-

nido (“complexo tupiguarani”, “fases Cerritos e Vieira” e “gê meridional”).

Poucos meses depois, em Belém do Pará, os membros oficiais do PRONAPA reuniram-se para comparar seus dados (Pronapa 1970; Meggers 1985, 1992). Ali ratificaram as propostas de Chmyz, e, com mais uma revisão dos dados gerais do sul do Brasil, propuseram uma terceira tradição arqueológica, batizada como “Taquara” por Eurico Th. Miller (Brochado *et al.* 1969: 12-16; Meggers & Evans 1978). Obedecendo as decisões pronapianas quanto ao conceito de tradição e adotando o que foi estabelecido em Belém sobre as tradições em questão, Schmitz deixou de tentar estabelecer relações entre os registros arqueológicos e as populações “gê meridionais” mencionados em seu trabalho de 1968.

É importante destacar que neste período foram definidas as distinções materiais entre os registros arqueológicos das populações ceramistas do sul do Brasil. Schmitz (1968:138), ao comparar os registros relativos aos Guarani, Jê do sul e Charrua/Minuano, concluiu que:

até agora não se descobriu um único tipo que seja comum a dois ou três dos grandes complexos [tradições] cerâmicos do Sul do Brasil em análise, indicando que o desenvolvimento dos mesmos foi independente.

Desde então, apesar de serem transitórias e sujeitas a muitas revisões, essas conclusões gerais são repetidas e aceitas até o presente, inclusive por pesquisadores que utilizaram abordagens distintas (cf. Schmitz 1968, 1972, 1973, 1977, [1979] 1981, 1988, 1991; Schmitz e Brochado [1972] 1981a, [1974] 1981b; Blasi, 1973; Chmyz 1968, 1971, 1976; Meggers & Evans 1978; Reis 1980; Brochado 1984; Caggiano 1984; Neves 1984; Barreto 1988; Blasis 1988; Robrahn 1988; Ribeiro 1991; Poujade 1992; Prous 1992; Noelli 1993, 1996a, 1996c, 1998; Silva e Noelli 1996; Kern 1981, 1994; Robrahn-González 1998).

Vinte anos após o evento de 1968, sem que nenhum novo elemento material fosse apresentado além da localização de mais sítios arqueológicos, ou que se reavaliasse o problema sob o enfoque de outras abordagens, Schmitz começou a alterar substancialmente suas conclusões preliminares, em outra síntese dos dados disponíveis até 1988, exclusivos para as “três tradições”:

Apesar de comumente se usarem estes nomes, como identificadores de três tradições cerâmicas, não todos os pesquisadores estão de acordo em que as diferenças na técnica de

produção, na forma e na decoração dos vasilhames sejam suficientemente distintos para fundamentar tradições. ... Por enquanto é bastante claro que o conjunto forma uma tradição tecnológica e cultural... (Schmitz 1988:75)”

Pouco tempo depois, em outra síntese geral para o sul do Brasil, Schmitz (1991: 9), ainda sem novos fatos ou pressupostos, concluiu totalmente a metamorfose de suas conclusões preliminares sobre as “três tradições” cerâmicas na região sul do Brasil:

a área mostra densa ocupação neolítica, que os arqueólogos identificaram como três tradições (cerâmicas) regionais: no sul a tradição Taquara, no meio a Casa de Pedra, no norte a Itararé. A diferença entre as três, para quem olha de fora, é tão pequena que talvez fosse mais objetivo falar de uma tradição com três subtradições.

As modificações na interpretação sobre a presença destas populações, apoiadas basicamente nas diferenças/semelhanças das vasilhas cerâmicas, traduzem as limitações de uma abordagem hermética e refratária em relação ao conjunto de fatos e idéias no cenário mais amplo da Etnologia do leste da América do Sul. Isto revela a instabilidade de um modelo sem dados suficientes para sustentar as supostas diferenças entre estas três tradições arqueológicas. Para Brochado (com. pessoal, 1998), um ex-pronapiano, a criação destas “três tradições” foi muito mais um ato de vaidade do que a delimitação de uma descoberta científica, pois alguns dos seus colegas do programa estavam mais interessados em “batizar” novas “tradições arqueológicas” em um enorme território que ia sendo pesquisado pela primeira vez. Já naquela época, durante a primeira reunião do PRONAPA em Belém, segundo Brochado, não havia acordo em torno da definição das três tradições. Porém, acabaram obedecendo Meggers, dona do programa e do dinheiro, que decidiu pela criação das tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara.

A idéia pronapiana da origem geográfica das tradições Itararé, Taquara e Casa de Pedra

Outra idéia adotada e desenvolvida pelos pronapianos, que também reflete o isolamento do contexto americanista, diz respeito a origem autóctone destas três tradições no sul do Brasil, a partir

de princípios evolucionistas e difusionistas simplificados. A base é a hipótese de Osvaldo Menghín (1957), sobre a continuidade entre as populações “Altoparanaenses” e “Eldoradenses” na Província Argentina de Misiones, a partir da semelhança entre alguns objetos líticos comuns as duas tradições. Nos termos pronapianos significa a continuidade entre populações pré-ceramistas da tradição Humaitá e populações ceramistas Taquara, Itararé e Casa de Pedra. O postulado central desta hipótese é que as populações do “Altoparanaense IV” que ocupavam a região desde 8.000 A.P. passaram por um processo de “neolitização” a partir de 2.000 A.P., adotando, por difusão, a tecnologia do alisamento de arenito (sem polimento) e, posteriormente, a agricultura e a cerâmica (Cf. Menghín 1957). Estas idéias já eram conhecidas pelos futuros pronapianos, como Schmitz (1959), aparecendo nos primeiros relatórios do PRONAPA (p. ex. Chmyz 1969: 114; E. Miller 1967: 19, 1969: 46) e diversas publicações posteriores. No final dos anos 70 Schmitz (1981) analisou a obra de Menghín, estabelecendo correlações com os resultados arqueológicos posteriores aos anos 50 e considerando a síntese do arqueólogo alemão “*bastante valedera*”

Menghín, por sua vez, parece ter baseado suas idéias e modelo interpretativo nas hipóteses de Canals Frau (1940, 1954: 294), sobre a relação de continuidade histórica entre os Kaingang e populações pampeanas. Apesar das advertências de um destacado americanista, Herbert Baldus (1941, 1954: 250, 1955, 1968: 296), que demonstrou que Canals Frau estava propondo uma interpretação meramente especulativa (“pura fantasia!”), sem a devida fundamentação, os pronapianos ignoraram estas advertências. Muito menos, prestaram atenção em trabalhos de ordenação de dados materiais e antropológicos e sociológicos que demonstravam as relações culturais entre os Kaingang/Xokleng e os demais Jê, como as sínteses de Ploetz & Métraux (1930), Métraux (1963), Haekel (1952, 1953), Schaden (1958), Hicks (1966, 1971) e, mais recentemente, Kühne (1979, 1980), que tornavam improcedentes as hipóteses e conclusões de Menghín e Canals Frau.

Um outro produto derivado das idéias de Canals Frau e Menghín foi a sugestão de Antonio Serrano que, após mais de quarenta anos de pesquisas no nordeste argentino, também formulou um modelo de ocupação da região, propondo três períodos gerais baseados na sua interpretação das seqüências estratigráficas e na tipologia dos registros

arqueológicos: 1) “precerâmico”; 2) “alfarero temprano”; 3) “alfarero tardío” (Serrano 1972). Os períodos “temprano e tardío” refletem, com outras designações, a continuidade entre o Altoparanaense IV e o Eldoradense. Outros trabalhos importantes que também sintetizaram a ocupação humana no nordeste argentino, reproduziram acriticamente estas idéias, sem nenhum tipo de discussão (cf. Lafon 1971, 1972; Caggiano 1984; Poujade 1992).

Podemos, também, considerar a interpretação de Willey (1971: 459), no seu conhecido manual sobre a pré-história das Américas, que pode, mesmo que indiretamente, ter reproduzido as idéias de Canals Frau. A partir de uma perspectiva distanciada das pesquisas do sul do Brasil, Willey sugeriu que a cerâmica Taquara teria tido origem na cerâmica Vieira. Diversos estudos demonstraram que este desdobramento não seria possível, tendo ambas as populações tradições culturais e tecnológicas distintas (cf. Brochado 1984).

Apesar do conjunto de resultados factuais consagrados ou em discussão entre os americanistas, a hipótese de Menghín continua sendo aceita até o presente pela maioria dos pesquisadores que estudam o sul do Brasil: Ribeiro (1991: 106) compartilha do mesmo pressuposto de E. Miller (1967, 1971), considerando que não há, excetuando as casas semi-subterrâneas e a cerâmica, diferenças entre os registros arqueológicos das tradições Humaitá e Taquara. Kern (1981: 193-4), Robrahn-González (1998: 622), Schmitz & Becker (1991: 275-276) e Schmitz (1991: 9) também compartilham dessa posição, sendo que os dois últimos sugerem o Rio Grande do Sul como centro de origem da tradição Taquara. Posteriormente, Kern (1994:78-9) modificaria sua interpretação, seguindo o modelo de “migração dos grupos Jê”, que introduziriam no sul uma série de “inovações neolíticas”

Pesquisadores de renome de outras disciplinas das Ciências Sociais também incorporaram sem ressalvas estas idéias, expandindo-as para fora dos confins pronapianos e da Arqueologia sul-americana. Um exemplo disto, é Susnik (1975: 58, 1994: 44-46) que considera os Kaingang como “proto-povoadores pré-cerâmicos” do sul do Brasil e de Misiones, usando como suporte para sua interpretação a noção já obsoleta de “povos marginais” consolidada por Lowie (1946, 1949) no *Handbook of South American Indians*.

Outros arqueólogos destacados, apesar de modificarem a hipótese original de Menghín e de consi-

derarem a relação das “três tradições” com os demais Jê, também reproduziram, ainda que parcialmente, suas idéias evolucionistas e difusionistas. A maior síntese da Arqueologia brasileira, publicada por André Prous em 1992 com título de *Arqueologia Brasileira*, sugere que a cerâmica “Taquara-Itararé” estaria relacionada a uma “onda que ultrapassa de longe o Brasil meridional e norte argentino para se estender no Brasil central, onde se associa a padrões culturais distintos” (Prous 1992: 329). Embora tenha dúvidas que o impedem de “fundamentar qualquer hipótese evolutiva” (1992: 331), apresenta diversas semelhanças entre os registros arqueológicos similares entre a tradição Humaitá e “Taquara-Itararé”. Todavia, do ponto de vista arqueológico, perguntando-se sobre as origens geográficas dos “Taquara-Itararé” André Prous conclui que “não existem ainda nem hipóteses a respeito... Provavelmente, um dia será possível associar esta grande ‘onda’ à dispersão antiga dos Jês: meridionais (Taquara-Itararé) e centrais (tradição Una e formas aparentadas)” (Prous 1992: 329). Por fim, Prous (1992: 330) sugere que “se formos respeitar a prioridade cronológica normalmente aceita na nomenclatura científica, todo o vasto complexo descrito até agora deveria ser chamado ‘Eldoradense’...” originalmente batizado por Menghín (1957).

José Brochado (1984, 1991), por sua vez, após abandonar publicamente os pressupostos do PRO-NAPA, procurou demonstrar que, em geral, as distribuições dos povos históricos “coincidem precisamente com as distribuições dos materiais arqueológicos”, principalmente nas regiões planálticas de cerrados e caatingas ao norte de São Paulo e de campos e florestas de latifoliadas e araucárias na Região Sul do Brasil, incluindo a província de Misiones (Brochado 1984: 1-3). Segundo Brochado, eles estariam filiados na sua origem mais remota, nas origens do Macro-Jê, à tradição “Pedra do Caboclo”, que sugere ser um dos focos originais de desenvolvimento da cerâmica na América do Sul, cujos representantes mais antigos são as cerâmicas globulares de formas simples de Taperinha, no baixo Amazonas, que alcançam mais de 8.000 anos A.P. no baixo Amazonas (Roosevelt *et al.* 1991). Brochado, basicamente a partir de evidências relacionadas à cerâmica e, em menor escala a outras evidências materiais e ao posicionamento geográfico dos sítios, comparando as tradições Mina (baixo Amazonas) e Pedra do Caboclo (Nordeste), propôs uma hipótese para explicar a origem e expansão dos povos passíveis de serem os

ancestrais dos Macro-Jê, passando a operar num cenário até então sem qualquer explicação subsidiada arqueologicamente com a mesma consistência. Essas evidências corresponderiam aos ascendentes mais antigos do tronco Macro-Jê, que Brochado qualifica (segundo Lathrap 1970b) como sendo os representantes das “línguas do antigo Brasil oriental”, cujas relações “umas com as outras e com as do grupo Gê não foram demonstradas” (Brochado 1984: 3). Essas tradições cerâmicas consideradas mais antigas, além de terem pobres evidências devido às poucas pesquisas, ainda não estão em condições de serem associadas a povos historicamente conhecidos, excetuando a tradição Una, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, relacionada aos falantes da família Purí, do tronco Macro-Jê. Na mesma situação, mas ainda sem um estudo de correlação com populações históricas, encontram-se, segundo Brochado, os estilos Periperi (Bahia) e Jataí (Goiás), em uma região intermediária entre a Amazônia e o sul do Brasil. A partir de evidências arqueológicas e linguísticas, Brochado (1984) sugeriu que os Jê teriam primeiro se expandido até o sul, e depois teriam adotado a cerâmica através de difusão, partindo da hipótese de que eles já estariam culturalmente definidos e instalados em seus territórios no leste e no sul do Brasil quando as cerâmicas originadas no baixo Amazonas passaram a ser difundidas. Este modelo arqueológico de 1984, apesar de estar baseado em informações muito precárias, de acordo com o autor (Brochado, comunicação pessoal, 1990), não está divergindo dos modelos linguísticos (Davis 1966, 1968; Rodrigues 1986; Urban 1992). Brochado (com. pessoal, 1992) considera que seu modelo necessita, todavia, de ajustes e contínuos testes à medida em que novos dados forem surgindo, para prosseguir refinando a definição das populações pré-históricas e, quando for o caso, relacioná-las aos povos históricos ou descartá-las definitivamente.

As idéias pronapianas em torno da continuidade histórica das populações Jê

Juntamente com a definição das tradições arqueológicas e a questão da origem geográfica, há um outro problema insolvido, derivado do hermetismo pronapiano, relativo à definição da continuidade histórica das populações indígenas no sul do Brasil. Como os pronapianos consideram “a cultura de uma maneira artificialmente separada dos

seres humanos”, não criaram os meios para definir quais populações históricas estavam relacionadas às evidências arqueológicas. Desta forma, como se pode verificar na maior parte da bibliografia arqueológica do sul do Brasil, o único critério empregado para estabelecer estas correlações foi uma simplista superposição geográfica entre registros arqueológicos e populações historicamente conhecidas. Abaixo, alguns exemplos de correlação entre tradição arqueológica e populações Kaingang e Xokleng:

Autor(es)	Kaingang	Xokleng
La Salvia, Schmitz & Becker (1970)	= Taquara	
E. Miller (1971: 54)	= Taquara	
T. Miller (1978: 30,33)	= Itararé / Casa de Pedra	
Chmyz (1967: 35, 1981: 95)	= Casa de Pedra	= Itararé
Brochado (1984: 109)	= Itararé / Casa de Pedra	= Taquara / Taquaruçu
Schmitz & Becker (1991: 252)	= Taquara	
Prous (1992: 329)	Jês meridionais = Taquara-Itararé	

Os Jê no sul: roteiro para um modelo alternativo

“An interpretative archaeology should be more restrained, respecting the past and never seeking the final word.” John C. Barret (1996: 578)

No meu ponto de vista, apesar dos inúmeros problemas existentes, a questão dos Jê no sul do Brasil está definida em termos de continuidade histórica. Apesar do conjunto de dados existentes ter sido obtido a partir de pesquisas arqueológicas consideradas pouco rigorosas e, de maneira monocausal, interpretado apenas por pressupostos deterministas e difusionistas, **é possível afirmar que as linhas gerais da seqüência de ocupação humana de populações ceramistas no sul do Brasil deixaram de ser hipotéticas.** Embora os registros arqueológicos não tenham revelado diferenças significati-

vas que questionem os elementos que distinguem os povos Guarani, Charrua, Minuano, Kaingang e Xokleng, existe a possibilidade de se detectar futuramente evidências materiais que revelem distintas etnicidades, a exemplo das multivariações verificadas historicamente em nível lingüístico, biológico, antropológico e sociológico.

Ao contrário do hermetismo pronapiano, que interpretou as evidências arqueológicas a partir de suas próprias idéias, totalmente refratário e desconectado do desenvolvimento da Arqueologia internacional e das demais Ciências Sociais no ambiente americanista, o conjunto de dados em questão deve ser analisado comparativamente dentro de um conjunto cultural mais amplo, no âmbito do tronco lingüístico Macro-Jê e da cultura Jê, refletindo as posições e discussões de etnólogos e lingüistas. Sem deixar de considerar as inúmeras armadilhas que a proposta de um modelo desta natureza possa conter, tal como advertem Jones (1997), Sims-Williams (1998) e diversos pesquisadores que estudam o “Problema Indo-Europeu”, entendendo que há dados suficien-

tes para iniciar a construção de um modelo não-difusionista de origem e expansão para os Jê no sul do Brasil. Afinal, estamos tratando de populações com consideráveis informações lingüísticas, biológicas, etnográficas, históricas, geográficas, arqueológicas, e não de povos ou populações antigas que necessitem de malabarismos analógicos para serem estudadas e interpretadas.

Também não pretendo reproduzir aqui os modelos difusionistas de Gustaf Kossinna, nem as manipulações nazistas para a origem dos povos germânicos, tal como comentou equivocadamente Funari (1997: 91) sobre a minha análise da expansão Tupi (Noelli 1996a, 1998). Considero que esta é uma investigação que ainda está iniciando e que suas problemáticas, dimensões e complexidades ainda não foram totalmente definidas, estando totalmente abertas à diversas possibilidades teóricas e metodológicas da Arqueologia e Ciências afins, como já discuti em outra ocasião (Noelli 1996b).

Afinal, quais são os subsídios para explicar a presença dos Kaingang e Xokleng no sul do Brasil ?

A primeira síntese que incluía os povos hoje enquadrados no tronco Macro-Jê foi feita por Martius há cerca de 140 anos, quando ele propôs a denominação Jê (cf. Martius 1867). Posteriormente, empregando os métodos lingüístico-comparativos vigentes no cenário acadêmico europeu do final do século XIX, von den Steinen (1894) revisou o trabalho de Martius, ampliando o conjunto de línguas da família Jê. Ao longo do século XX, a lingüística comparada entre os grupos Jê foi sendo desenvolvida por Loukotka (1939, 1968), Mason (1950) e Davis (1966, 1968), definindo o tronco Macro-Jê e estabelecendo as relações internas entre as suas línguas/populações. Estas relações internas também contêm uma série de evidências de contato destas línguas entre si e com línguas de troncos, famílias ou línguas distintas, tornando necessária a consideração de uma abordagem que contemple aspectos multivariados de origem biológica, sociológica e antropológica.

O atual conjunto de dados etnológicos/lingüísticos/biológicos e arqueológicos sustentam a hipótese de que a origem e começo da expansão dos Kaingang e Xokleng começou a partir de uma área fora do sul – a ser definida –, no Brasil central e áreas vizinhas acima do Paralelo 16° onde está concentrada a maioria das populações do tronco Macro-Jê (Davis 1966, 1968; Rodrigues 1986; Salzano & Callegari-Jacques 1988: 35-37; Urban 1992). Isto contribui para eliminar definitivamente as idéias de Menghin, Canals Frau e dos pronapianos sobre a origem autóctone das “tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara”, evoluindo das “populações Humaitá” no sul do Brasil.

As relações entre as línguas da família Jê, dentro do tronco Macro-Jê, mostram que a língua Kaingang pertence ao conjunto que inclui as línguas do grupo Akwén (Xakriabá, Xavante e Xerente) e a língua Apinayé, estabelecidas nos Estado de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (Davis 1966, Rodrigues 1986). Observando o mapa de distribuição destas línguas (cf. Nimuendajú 1981), veremos que elas se localizam desde o Brasil central, nas bacias dos rios Tocantins (Xerente) e Araguaia (Xavante) e, também, nos seus baixos cursos (Apinayé); na área do divisor de águas das bacias do Tocantins, São Francisco e Paraná (Xakriabá). Por sua vez, os Xokleng também estão relacionados com grupos da família Jê localizadas fora do sul do Bra-

sil, sendo incluídos no conjunto dos Kayapó, Timbira, Kren-akarôre e Suyá (Davis 1966, 1968; Rodrigues 1986). Observando o mesmo mapa de Nimuendajú, observaremos que os Kayapó se localizam ao longo das bacias do Xingu e do Paraná, na área oriental do baixo curso do rio Tocantins (Timbira), no alto curso do Xingu (Suyá) e no médio curso do rio São Manoel (Kren-akarôre). O mapa de Urban (1992), ao lado, representa a posição geográfica historicamente conhecida das línguas do tronco Macro-Jê e da família Jê.

A partir deste conjunto de dados lingüísticos, Urban (1992:90-91) propôs um modelo para a “árvore genealógica” Macro-Jê, sugerindo os processos de separação e diferenciação entre as línguas. Segundo Urban, a primeira separação teria ocorrido entre os Jê meridionais (Kaingang e Xokleng), iniciando seu deslocamento para o sul do Brasil, sobre os territórios do Planalto Brasileiro. Embora Urban (1992:90) entenda que as causas desta migração sejam desconhecidas, é possível evocar a hipótese de Lathrap (1970b) e Brochado (1984), Brochado & Lathrap (1980), de que estes movimentos populacionais para fora da Amazônia seriam derivados de um importante aumento demográfico que os teria pressionado para fora de suas áreas originais. Este processo de separação ainda não foi suficientemente estudado arqueologicamente, ficando totalmente em aberto às futuras relações entre os registros arqueológicos do Brasil central que possam ser associados aos Jê (exceção às hipóteses de Brochado que foram mencionadas acima).

Além da demonstração de os Kaingang e Xokleng não serem originários do sul do Brasil, um conjunto de conclusões importantes obtidas em meados dos anos 60, que nunca foram consideradas pelos arqueólogos, fundamentam os parâmetros que diferenciam os Kaingang e Xokleng: 1) Kaingang e Xokleng são duas línguas distintas (Davis 1966, 1968; pesquisa aperfeiçoada nos anos 70 por Wiesemann 1978); 2) são populações biologicamente distintas (Salzano & Sutton 1965, Salzano & Freire-Maia 1967); 3) são culturalmente distintas (Schaden 1958; Hicks 1966, 1971; Urban 1978, 1992). Ao mesmo tempo que revelam claras distinções entre os Kaingang e Xokleng, estes estudos propiciam os elementos que possibilitam considerar as informações destas populações de modo unificado, a exemplo dos estudos comparados de sistemas sociais propostos por Maybury-Lewis e colegas (1979). Isto é, quando estou falando das populações arqueológicas, também

Línguas Macro-Jê



Xerente Jê
Karajá Macro-Jê
Bororo possivelmente Macro-Jê
 + extinta ou praticamente extinta
 / família de línguas
 * classificação ainda duvidosa

Dialetos Kayapó
 K1 Kubenkranken
 K2 Kubenkrañoti
 K3 Mekrañoti
 K4 Kokraimoro
 K5 Gorotire
 K8 Xikrin
 K7 Txukahamãe

Dialetos Timbira
 T1 Canela
 T2 Krinkati
 T3 Pukobyé
 T4 Krenjé
 T5 Gavião
 T6 Krahô

poderei me referir simultaneamente às informações lingüísticas, biológicas ou culturais.

Todavia, apesar das evidentes diferenças biológicas, lingüísticas e culturais referidas acima, o conjunto dos registros arqueológicos ainda não apresentou diferenças e contrastes marcantes, que possam ser utilizados para distinguir materialmente os Kaingang e Xokleng. As diferenças entre os sítios parecem estar mostrando distintos indicadores de adaptabilidade ou de funcionalidade, uma vez que todos os tipos aparecem representados nos diferentes ambientes do sul do Brasil e áreas vizinhas (cf. Brochado 1984). As diferenças em outros aspectos culturais (materiais ou simbólicos), tal como verificaram diversos pesquisadores (p. ex.: Ploetz & Métraux 1930; Métraux 1963; Hicks 1966, 1971), ainda não foram consideradas até recentemente pelos arqueólogos, especialmente pela ausência de correlações com os registros arqueológicos.

Alguns pesquisadores que conhecem o contexto que envolve os Jê do sul vêm demonstrando que não há diferenças significativas entre as evidências encontradas nos registros arqueológicos e aquela feita pelas populações etnográficas ou pelas citadas em fontes históricas. Também, que as informações históricas contêm os elementos que demonstram as diretas relações de continuidade histórica das populações distinguidas por diversos nomes ao longo de quase 400 anos.

Nos anos 70, considerando as informações arqueológicas conhecidas até então, Tom Miller Jr. (1978: 31), na conclusão de sua pesquisa etnográfica sobre a cerâmica dos Kaingang paulistas, sugeriu que:

por razões de (1) tecnologia, (2) formas e (3) distribuição em espaço e tempo, estamos mais do que inclinados a considerar que todas as tradições regionais não-tupiguaranis desde o planalto riograndense ... até a bacia do Tietê, devem ser consideradas como uma única tradição cerâmica.

Miller Jr. se justificava, manifestando que o antiplástico, a cor e o tratamento de superfície não seriam elementos suficientes para separar as duas tradições arqueológicas que estava analisando (Itararé e Casa de Pedra), pois os dois primeiros elementos poderiam ser derivados das ofertas locais de matéria-prima conforme as características geológicas de cada região (Miller Jr. 1978: 32-33). Embora tenha apresentado uma significativa quan-

tidade de informações etnográficas a respeito da matéria-prima, forma, manufatura, funcionalidade e nomenclatura, Miller Jr. se restringiu aos aspectos materiais da cerâmica a partir da perspectiva arqueológica para subsidiar sua hipótese, perdendo uma excelente oportunidade para apresentar incisiva e definitivamente um modelo alternativo e substitutivo ao pronapiano.

Por outro lado, há uma série de publicações do século XIX e início do XX que documentaram os Jê do sul em sua vida quotidiana e coletaram dados de interesse à interpretação arqueológica. Porém, como a metodologia pronapiana ignorou estas fontes, perdeu-se a oportunidade de avançar a construção da história dos Kaingang e Xokleng. Estas publicações descreveram genérica ou especificamente os Kaingang e Xokleng usando e fazendo suas vasilhas, desde o século XVIII, além do registro de outros elementos da cultura material e dos seus empregos no cotidiano, bem como diversas informações sociologicamente úteis. A revisão criteriosa destas fontes e dos dados etnográficos teria evitado a “reinvenção da roda”, iniciada nos anos 60, antes mesmo do advento do PRONAPA, pois os arqueólogos teriam vislumbrado a existência de populações Kaingang e Xokleng fazendo e utilizando suas culturas materiais.

Utilizando documentação histórica e trabalhos etnográficos que descreveram as cerâmicas Kaingang e Xokleng, preparando-se para realizar um futura pesquisa arqueológica e etnoarqueológica, Fabíola Silva (s.d.) identificou os seguintes itens, para estabelecer comparações, organizados cronologicamente a partir das fontes mais antigas: 1) processos de seleção; 2) extração e tratamento da matéria-prima; 3) técnicas de construção; 4) secagem; 5) queima; 6) acabamento de superfície. Procurou identificar aspectos gerais do sistema tecnológico dos Kaingang e Xokleng, a fim de definir cadeias operatórias da produção da cerâmica, seguindo a proposta de Lemmonier (1992: 26). Com os resultados, elaborou uma caracterização preliminar dos estilos tecnológicos dos Jê do sul, na perspectiva de Reedy & Reedy (1994), visando definir os elementos tecnológicos que contribuem para demonstrar a continuidade histórica entre os Kaingang e Xokleng e seus ascendentes pré-coloniais. Silva sistematizou os dados encontrados em Ambrosetti (1895), Barbosa (1916), Fernandes (1941), Kempf (1947), Keller (em Lovato 1974), Mabilde (1896), Maniser (1930), Métraux (1963), T. Miller

(1978), Moura (1905), Paula (1924), Piza (1938), Santos (1973), Serrano (1957), Simonian (1975) e Sullivan & Moore (1990), concluindo que os estilos tecnológicos de produção dos Kaingang e Xokleng “*são bastante semelhantes, principalmente no que se refere ao processo de manufatura e, mais especificamente, à construção do vasilhame*”.

Isto contribui para demonstrar que as cerâmica dos Kaingang e Xokleng possuem uma tecnologia e uma aparência comuns, definidas a partir da mesma matriz cultural, dentro dos povos Jê. Considerando que as razões culturais podem ter influenciado na uniformidade de escolha de certos elementos (matéria-prima, antiplástico, acabamentos de superfície etc.), Silva (*op. cit.*) chama a atenção para que se abandone a perspectiva pronapiana de que teria havido três tradições distintas. Ao mesmo tempo, deixou claro que a cerâmica não é um indicador seguro de diferenças entre os Kaingang e os Xokleng, sendo necessário buscar outros indicadores.

Utilizando informações históricas e arqueológicas para definir a relação direta de continuidade histórica e as diversas denominações atribuídas aos grupos locais/regionais pelos cronistas ao longo de mais de 400 anos, José Reis (1997a, 1997b) também concluiu que existe o conjunto de dados necessários para estabelecer a continuidade entre os Kaingang e Xokleng e as populações que ocuparam os sítios arqueológicos. Este importante trabalho contém as bases para que se desenvolvam pesquisas regionais, com o objetivo de estabelecer definitivamente (ou não) quais são os territórios e registros arqueológicos dos “Guaianá, Gualacho, Chiquis, Cabelludos, Mbiazá, Caaguá, Ibiraiara, Botocudo, Coroado” etc.

Conclusões

Um modelo alternativo sobre as populações Jê no sul do Brasil, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e de fora do ambiente dominante da Arqueologia brasileira, deixa claro que a interpretação motivada pelo PRONAPA está obsoleta. Por outro lado, se considerarmos as idéias e fatos produzidos no ambiente americanista desde o século XIX, somos obrigados a considerar que os pressupostos, hipóteses e interpretações pronapianas conceberam um cenário falseado e estancado em relação à América do Sul, caracterizando o que Funari (1998) chamou de “empirismo anti-

histórico e positivista ingênuo” Isto é, enquanto americanistas de diferentes disciplinas, movidos por distintas orientações teóricas, debatiam e construíam um modelo para os Jê e os Macro-Jê, os pronapianos iam “reinventando a roda” sem nenhuma conexão com as demais descobertas de etnólogos, lingüistas, geneticistas, historiadores e outros cientistas.

A característica marcante do campo pronapiano é o isolamento do campo maior, que integra a comunidade de americanistas. Apesar das claras relações que podem ser facilmente estabelecidas entre o passado arqueológico, o passado histórico e o presente etnográfico dos Jê do sul, a mentalidade majoritária da comunidade de arqueólogos que atuam no sul do Brasil e o tipo de produto científico por eles construído, impede o estabelecimento destes relacionamentos. Esta completa desconexão resulta de uma monopolização da produção científica da Arqueologia sul-brasileira em torno de suas relações de força, interesses, lutas político-acadêmicas e lucros na forma de prestígio, sendo um clássico exemplo daquilo que Bourdieu (1976) definiu como “campo científico”. A sobrevivência deste campo até os dias atuais só foi possível graças ao compadrio dominante, sobretudo entre os arqueólogos, tal como vem mostrando Funari (1989, 1994, 1998) e Roosevelt (1991a, 1995). Qualquer pesquisador que analisar a produção científica dos pronapianos, dos seus aliados e descendentes, verá que eles não dialogam regularmente com as demais disciplinas, como a História e a Etnologia, em direção àquilo que Lightfoot (1995) chamou de abordagem holística e diacrônica. Alguns tentaram iniciar estes diálogos, mas não prosperaram, como foi o caso de Eble (1973). Outros, simplesmente amontoaram acriticamente dados históricos e etnográficos, a exemplo de Becker (1975a, 1975b, 1985, 1991).

Se ignorarmos o conteúdo do monopólio pronapiano e interpretarmos as evidências arqueológicas atribuídas às tradições “Itararé, Casa de Pedra e Taquara” como sendo dos Jê do sul, a partir de um ponto de vista americanista, estaremos abrindo os caminhos para encontrar e construir uma história dos Kaingang e Xokleng, a exemplo dos trabalhos recentes que procuram fazer estudos históricos e antropológicos a partir de informações orais e documentais (Urban 1978; Lavina 1994; Veiga 1994; Tommasino 1995; Reis 1997a; Mota 1994, 1998).

Considerando que os dados pronapianos são pouco confiáveis, temos poucas informações úteis

e que constituem objetos independentes dos observadores: a localização geográfica dos sítios, as coleções arqueológicas depositadas em museus e laboratórios e, provisoriamente, com muita cautela, as datações radiocarbônicas. Isto nos leva a uma ingrata e radical conclusão: os sítios devem ser pesquisados novamente, as coleções reanalisadas e comparadas e as datações devem ser refeitas.

Isto significa realizar uma pesquisa que procure unificar e analisar criticamente as informações históricas, etnográficas, lingüísticas e arqueológicas relativas aos últimos 460 anos. Com estes resultados, deve-se iniciar análises comparativas com o objetivo de identificar as relações de continuidade e mudança cultural/biológica em direção ao passado e, simultaneamente, procurando definir as sucessivas fronteiras dos espaços geográficos ocupados ao longo do tempo.

Isto também significa que se deve estudar os Kaingang e Xokleng ora isoladamente, ora comparativamente, considerando que as evidências culturais, lingüísticas e biológicas revelaram diferenças acentuadas, enquanto que seus vestígios arqueológicos apresentam alto grau de semelhança. Deve-se, pensando em áreas de origem e na matriz cultural Jê e Macro-Jê, fazer comparações entre os Kaingang e os povos lingüisticamente próximos, como os do grupo Akwén (Xakriabá, Xavante e Xerente) e os Apinayé. Da mesma forma, também deve-se fazer comparações entre os Xokleng e os Kayapó, Timbira, Kren-akarôre e Suyá. Deve haver uma série de comparações cuidadosas do ponto de vista lingüístico, genético e cultural, para definir quais as semelhanças e diferenças e os níveis de retenção e perda em relação a elementos da matriz cultural Macro-Jê. Também se deve seguir ampliando os estudos genéticos entre os Jê como um todo, para verificar quais as afinidades entre as populações atuais e do passado.

O grande problema a ser resolvido gira em torno da definição das semelhanças materiais entre os registros arqueológicos dos Xokleng e Kaingang, uma vez que ainda não foram verificadas diferenças sensíveis. Como se pode constatar nas comparações etnológicas realizadas por Hicks (1966, 1971) e Schaden (1958), a maioria dos itens analisados não é relativa à cultura material, enquanto que os indicadores arqueológicos usuais no sul do Brasil não são mencionados. Por exemplo, como confiar nas informações de que os Xokleng cre-

mavam seus mortos, se todos os dados a este respeito foram documentadas apenas durante o intenso processo de contato em Santa Catarina (Santos 1973), a partir do final do século passado? A criação entre os Xokleng era um comportamento tradicional ou o resultado da imensa pressão que os obrigava a não ter um território fixo e a ficar se deslocando constantemente como estratégia de distanciamento? Os Kaingang, por sua vez, até algumas décadas atrás, construíam *mounds* de terra onde enterravam seus mortos, por estarem em áreas que só recentemente foram colonizadas no Paraná, São Paulo e oeste de Santa Catarina. Diversos sítios arqueológicos com estes *mounds* foram localizados (Drumond & Philipson 1947, Schaden 1958, Métraux 1963). Esta diferença poderá vir a ser considerada como um dos indicadores de distinção material a ser considerada.

Como superar estas limitações, a não ser pela pesquisa arqueológica? É necessário observar a advertência de Roosevelt (1991a:105-106) sobre o caso das interpretações erradas sobre populações amazônicas, para não analisar ingenuamente as fontes do século XIX e começo do XX e imaginar que no passado os Xokleng seriam como os seus descendentes ao tempo do contato. Também há que se pensar da mesma forma para os contatos com os Guarani, mil ou mais anos antes da chegada dos brancos. O exemplo da gênese dos Bororo, um povo incluído entre os Macro-Jê, é uma advertência para o desenvolvimento desta pesquisa. Irmhild Wüst (1990, 1992, 1998), através de um estudo interdisciplinar, revelou que os Bororos atuais "*seriam o resultado de um processo de incorporação de grupos étnicos e culturais distintos*" servindo como uma problemática a ser considerada, confirmada ou refutada entre os Jê do sul.

Portanto, para iniciar uma nova abordagem sobre a história, a cultura, a política e o processo de expansão territorial dos Jê no sul do Brasil, de modo a perceber as multivariações possíveis nos processos históricos particulares de cada grupo componente dos Kaingang e Xokleng, é preciso considerar todas as informações existentes. Provavelmente, a maioria dos problemas de pesquisa ainda está para ser pensada e definida, como eu já disse antes (Noelli 1996b). A arqueologia dos Jê do sul deve procurar encontrar e seguir o conjunto de caminhos e desafios colocados pela arqueologia internacional, substituindo e superando os burocráticos "procedimentos pseudo-científicos do PRONAPA" (Brochado 1984: 29).

Agradecimentos

Junto com Fabíola Andréa Silva comecei esta pesquisa em 1993, que resultou em publicações conjuntas e isoladas (veja bibliografia). A ela devo boa parte do que está escrito acima e quase a co-autoria deste trabalho. Agradeço também a José Brochado, Kimiye Tommasino e Lúcio Tadeu Mota, amigos

que contribuíram decisivamente nestas discussões e que colaboraram decisivamente na consolidação da minha carreira universitária. A Eduardo Góes Neves e Pedro Paulo Abreu Funari, pelo apoio, desafios, divergências e os debates que temos e que certamente continuarão. Evidentemente, a responsabilidade pelo que foi escrito é inteiramente minha.

Referências bibliográficas

- AMBROSETTI, J.B.
1895 Kaingangues. San Pedro (Misiones). *Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires*, 2 (10): 305-387.
- BALDUS, H.
1941 (resenha) Salvador Canals Frau: Paleoamericanos (Láguídos) en la mesopotamia argentina en la época colonial. *Revista do Arquivo Municipal*, 75: 245-246.
1954 *Bibliografía Crítica da Etnologia Brasileira*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
1955 (resenha) Salvador Canals Frau: Las poblaciones indígenas de la Argentina, su origen, su pasado, su presente. *Revista do Museu Paulista*, 9: 321-323.
1968 *Bibliografía Crítica da Etnologia Brasileira*, vol. 2. Hannover, Kommissionsverlag Münstermann-Druck GMBH.
- BARBOSA, L.B.H.
1918 A pacificação dos Caingang paulistas (hábitos, costumes e instituições desses índios). Rio de Janeiro, Conferência no Salão da Biblioteca Nacional em 19 de novembro.
- BARRET, J.C.
1996 Post-processual theory. B.M. Fagan (Ed.) *The Oxford Companion to Archaeology*. New York, Oxford University Press: 576-578.
- BARRETO, C.
1988 *A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os sítios concheiros do médio curso*. São Paulo, FFLCH-USP. (dissertação de mestrado).
1998 Brazilian archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*, 72 (277): 573-581.
- BECKER, I.I.B.
1975a Dados sobre o abastecimento entre os índios Kaingang do Rio Grande do Sul conforme a bibliografia dos séculos XVI a XX. *Estudos sobre o abastecimento indígena* (Publicações avulsas, 2). São Leopoldo, Instituto Anchieta-ano de Pesquisas: 39-59.
1975b O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. *Pesquisas*, antropologia, 29: 1-264.
- 1985 O índio Kaingang no Rio Grande do Sul e a exploração dos recursos naturais. *Boletim do Mar-sul*, 3: 77-85.
1991 Alimentação dos índios Kaingang no Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia*, 6: 107-119.
- BLASI, O.
1973 A pesquisa arqueológica no Estado do Paraná. *Dédalo*, 9 (17-18): 41-47.
- BOURDIEU, P.
1976 Le champ scientifique. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 2-3: 88-104.
- BROCHADO, J.P.
1984 *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign (tese de doutorado).
1989 A expansão dos tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*, 27: 65-82.
1991 Um modelo de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro. *CLIO*, série arqueológica, 4: 85-88.
- BROCHADO, J.P.; LATHRAP, D.
1980 Amazonia (manuscrito).
- BROCHADO, J.P.; NOELLI, F.S.
1996 The Amazon. M.B. Fagan (Ed.) *The Oxford Companion to Archaeology*. New York, Oxford University Press: 670-671.
- BROCHADO, J.P.; CALDERON, V.; CHMYZ, I.; DIAS, O. Jr.; CLIFFORD, E.; MARANCA, S.; MEGGERS, B.J.; MILLER, E.Th.; NASSER, N.A.S. De.; PEROTA, C.; PIAZZA, W.F.; RAUTH, J.W.; SIMÕES, M.F.
1969 *Arqueologia Brasileira em 1968*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas Nº 12.
- CAGGIANO, M.A.
1984 Prehistória del N.E. Argentino y sus vinculaciones con la Republica Oriental del Uruguay y sur de Brasil. *Pesquisas*, antropologia, 38: 1-109.
- CANALS-FRAU, S.
1940 Paleoamericanos (Láguídos) en la mesopotamia argentina en la época colonial. *Anales del Instituto de Etnografía Argentina*, 1: 129-153.
1953 *Las poblaciones indígenas de la Argentina: su origen, su pasado, su presente*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

- CHMYZ, I.
 1967 O sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sob-rocha Casa de Pedra). *Arqueologia*, CEPA-UFPR, 3:1-42.
 1968 Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. *Pesquisas*, antropologia, 18: 115-125.
 1969 Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Ivaí. PRONAPA, 2. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 10: 95-118.
 1971 Contatos interétnicos verificados em sítios arqueológicos no Estado do Paraná/Brasil. *Revista do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas*, 16: 11-14.
 1976 A ocupação do litoral dos Estados do Paraná e Santa Catarina por povos ceramistas. *Estudos Brasileiros*, 1: 7-43.
 1981 Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da usina hidrelétrica de Salto Santiago (1979-1980). Florianópolis/Curitiba, ELETROSUL/ IPHAN.
- DAVIS, I.
 1966 Proto Jê phonology. *Estudos lingüísticos. Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, 1 (2): 10-24.
 1968 Some Macro-Jê relationships. *International Journal of American Linguistics*, 34: 42-47.
- DE BLASIS, P.A.D.
 1988 *A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos pré-ceramistas do médio curso*. São Paulo, FFLCH-USP (dissertação de mestrado).
- DIAS, A.S.
 1994 *Repensando a tradição Umbu a partir de um estudo de caso*. Porto Alegre, IFCH-PUCRS (dissertação de mestrado).
 1995 Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, 19 (22): 25-39.
- DRUMMOND, C.; PHILIPSON, J.
 1947 Os túmulos Kaingang de Parapuã. *Sociologia*, 9 (4): 386-393.
- EBLE, A.B.
 1973 Problemas arqueológicos da Região do Alto Vale do Itajaí. *Anais do Museu de Antropologia*, 6: 41-50.
- EVANS, C.; MEGGERS, B.J.
 1965 *Guia para prospecção arqueológica no Brasil*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FARIA, L. de C.
 1989 Domínios e fronteiras do saber: a identidade da arqueologia. *Dédalo*, publicação avulsa, 1: 26-39.
- FERNANDES, J.L.
 1931 Os Caingangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*, 1: 161-209.
- FUNARI, P.P.A.
 1989 Brazilian Archaeology and World Archaeology: some remarks. *World Archaeology Bulletin*, 3: 60-68.
- 1991 Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroads. *World Archaeology Bulletin*, 5: 122-132.
 1994 Arqueologia brasileira – visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 1: 23-41.
 1995 Mixed features of archaeological theory in Brazil. P.J. Ucko (Ed.) *Theory in Archaeology*. London: Routledge.
 1997 Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antiguidade Clássica no Brasil. *Boletim do CPA*, ano II, 3: 83-97.
 1998 *Teoria Arqueológica na América do Sul*. Campinas, IFCH-UNICAMP.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.
 1998 Regional pottery-making groups in Southern Brazil. *Antiquity*, 72 (277): 616-624.
- HAEKEL, J.
 1952 Neue Beiträge zur Kulturschichtung Brasiliens. *Anthropos*, 47: 963-991.
 1953 Neue Beiträge zur Kulturschichtung Brasiliens. *Anthropos*, 48: 105-157.
- HICKS, D.
 1966 The Kaingang and Aweikoma: a cultural contrast. *Anthropos*, 61: 839-846.
 1971 The comparative analysis of the Kaingang and Aweikoma relationships terminologies (Brazil). *Anthropos*, 66: 931-935.
- HOELTZ, S.E.
 1997 *Artesãos e artefatos pré-históricos do vale do rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- HOWARD, G.D.
 1948 Northeast Argentina. G.D. Howard; G.R. Willey (Eds.) *Lowland Argentine Archaeology*. New Haven, Yale University Publications in Archaeology, 39: 9-24.
- JONES, S.
 1997 *The Archaeology of ethnicity, constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge.
- KEMPF, V.G.
 1947 Notas sobre um grupo indígena de Santa Catarina. *Revista do Arquivo Municipal*, 113: 25-34.
- KERN, A.A.
 1981 *Le précéramique du plateau sud-brésilien*. Paris, EHESS (tese de doutorado).
 1994 *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- KÜHNE, H.
 1979 Der Bodenbau der Kaingang – und Lakranó – Indianer und dessen Stellung im Rahmen der Gê-Völker. Der Bodenbau in Wechselwirkung zum geistigen Leben, zur Gesellung und zur Umwelt. *Archiv für Völkerkunde*, 33: 61-84.
 1980 Sammelwirtschaft, Fischfang und Tierhaltung der Kaingang und Lakranó – Indianer. Ihre Stellung im Rahmen der Gê-Völker. *Archiv für Völkerkunde*, 34: 101-122.
- LAFON, C.R.
 1971 Introducción a la Arqueología del Nordeste Argentino. *Relaciones*, nueva série, 20 (2): 119-152.

- 1972 El replanteo de la Arqueología del Nordeste Argentino. *Antiquitas*, 14: 1-16.
- LA SALVIA, F.; SCHMITZ, P.I.; BECKER, I.I.B.
1970 Cerâmica Caingang – fase Vacaria. *Estudos de Pré-História geral e brasileira*. São Paulo, Instituto de Pré-História – USP: 493-497.
- LATHRAP, D.
1970a (resenha) Peter Paul Hilbert Archäologische Untersuchungen am Mittleren Amazonas. *American Antiquity*, 35 (4): 499-501.
1970b *The upper Amazon*. London: Thames & Hudson.
1973 (resenha) B.J. Meggers Amazonia, Man and culture in a counterfeit paradise. *American Anthropologist*, 75 (4): 988.
- LAVINA, R.
1994 *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. São Leopoldo, IAP/UNISINOS (dissertação de mestrado).
- LEMONNIER, P.
1992 *Elements for an Anthropology of Technology*. Michigan, Museum of Anthropological Research – University of Michigan.
- LIGHTFOOT, K.
1995 Culture contact studies: redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. *American Antiquity*, 60 (2): 199-217.
- LOUKOTKA, C.
1939 Línguas indígenas brasileiras. *Revista do Arquivo Municipal*, 54: 147-174.
1968 *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: University of California Press.
- LOVATO, L.A.
1974 A contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. *Boletim do Museu do Índio*, Antropologia, (1): 3-44.
- LOWIE, R.
1946 Eastern Brazil: an introduction. J. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*, Washington, Smithsonian Institution, 1: 381-389.
1949 Social and political organization of the Tropical Forest and Marginal tribes. J. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*, Washington, Smithsonian Institution, 5: 313-350.
- MABILDE, A.P.T.
1896 Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “Coroados” que habitam os sertões do Rio Grande do Sul. *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*, Anno XIII: 125-151.
- MANISER, H.H.
1930 Les Kaingang. *Proceedings of the 23° International Congress of Americanists*. New York.
- MARTIUS, C.P.
1867 *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Südamerikas, zumals Brasiliens*. Leipzig: Friedrich Fischer.
- MASON, J.A.
1950 The languages of South American Indians. J. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington, Smithsonian Institution, 6: 157-317.
- MAYBURY-LEWIS, D. (Ed.)
1979 *Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press.
- MEGERS, B.J.
1955 The coming of age of American Archaeology. M.T. Newman (Ed.) *New Interpretations of aboriginal American Culture History*. Washington, 75th Anniversary of the Anthropological Society of Washington: 116-129.
1985 Advances in Brazilian archaeology, 1935-1985. *American Antiquity*, 50 (2): 364-373.
1992 Cuarenta años de colaboración. B.J. Meggers (Ed.) *Prehistoria sudamericana: nuevas perspectivas*. Washington, Taraxacum: 13-26.
- MEGERS, B.; EVANS, C.
1970 *Como interpretar a linguagem da cerâmica: guia para arqueólogos*. Washington D.C.: Smithsonian Institution.
1978 *Lowland South America and the Antilles*. J.D. Jennings (Ed.) *Ancient Native Americans*. San Francisco, W.H. Freeman & Comp: 543-591.
- MENGHÍN, O.F.A.
1957 El poblamiento prehistórico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología*, 12: 19-40.
- MENTZ RIBEIRO, P.A.
1991 Arqueologia do vale do rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*, 18 (21): 1-184 (tese de doutorado, parte I).
- MÉTRAUX, A.
1963 The Caingang. J. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*, New York, Cooper Square Publ. Inc, 1: 445-75.
- MILLER, E.Th.
1967 Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. PRONAPA 1. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 6: 15-38.
1969 Pesquisas arqueológicas efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai). PRONAPA 2. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 10: 33-54.
1971 Pesquisas arqueológicas efetuadas no planalto meridional Rio Grande do Sul. PRONAPA 4. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 15: 37-60.
- MILLER Jr., T.
1978 Tecnologia cerâmica dos Caingang paulistas. *Arquivos do Museu Paranaense*, nova série, Etnologia, 2: 1-51.
- MOTA, L.T.
1994 *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM.
1998 *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná Provincial (1853-1889)*, Assis, UNESP (tese de doutorado).
- NEVES, E.G.
1995 Village fissioning in Amazonia: a critique of monocausal determinism. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5: 195-209.

- 1998 Twenty years of Amazonian archaeology in Brazil (1977-1997). *Antiquity*, 72 (277): 625-632.
- NEVES, W.A.
1984 *Paleogenética dos grupos Pré-Históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina)*. São Paulo, FFLCH-USP (tese de doutorado).
- 1988 Arqueologia brasileira – algumas considerações. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, antropologia, 4 (2): 200-205.
- NIMUENDAJÚ, C.
1981 *Mapa Etno-Histórico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- NOELLI, F.S.
1993 *Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS)*. Porto Alegre, IFCH-PUCRS (dissertação de mestrado).
- 1996a As hipóteses sobre o centro de origem e as rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, 39 (2): 7-53.
- 1996b Resposta a Eduardo Viveiros de Castro e Greg Urban. *Revista de Antropologia*, 39 (2): 100-118.
- 1996c Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da Linguística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-Americanos*, 22 (1): 13-26.
- 1998 The Tupi: explaining origin and expansion in terms of Archaeology and Historical Linguistics. *Antiquity*, 72 (277): 648-63.
- NOELLI, F.S. (Org.); SILVA, F.; VEIGA, J.; TOMMASINO, K.; MOTA, L.T.M.; D'ANGELIS, W.R.
1998 *Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do sul do Brasil*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.
- NOELLI, F.S. (Org.); SILVA, F.; MOTA, L.T.M.
s.d. *Bibliografia Xokleng: referências sobre um povo Jê do sul do Brasil* (manuscrito).
- PAULA, J.M. de
1924 *Memória sobre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizado pelo Serviço de Proteção aos Índios sob a inspeção do Dr. José M. de Paula*. *Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas*, 1: 117-37. Rio de Janeiro.
- PIZA, M.
1938 Notas sobre os Caingangs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 35: 199-209.
- PLOETZ, H.; MÉTRAUX, A.
1930 La Civilisation Matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zê du Brésil méridional et oriental. *Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán*, 1: 107-238.
- POUJADE, R.
1992 Poblamiento pré-histórico y colonial de Misiones. *Estudos Ibero-Americanos*, 18 (1): 29-70.
- 1970 PRONAPA. Brazilian archeology in 1968: An interim report on the National Program of Archeology Research – PRONAPA. *American Antiquity*, 35 (1): 1-23.
- PROUS, A.
1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- REEDY, C.; REEDY, T.
1994 Relating visual and technological styles in Tibetan sculpture analysis. *World Archaeology*, 25 (3): 304-320.
- REIS, J.A.
1997a *Para uma Arqueologia dos buracos de bugre: do sintetizar, do problematizar, do propor*. Porto Alegre, IFCH-PUCRS (dissertação de mestrado).
- 1997b ...Guaianá, buraco de bugre, Kaingang/Xokleng: ... qual ancestralidade?... qual analogia?... de que campo pode-se falar?... *Revista do CEPA*, 21 (26): 35-90.
- REIS, M.J.
1980 *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto catarinense*. São Paulo, FFLCH-USP (dissertação de mestrado).
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.
1988 *A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso*. São Paulo, FFLCH-USP (dissertação de mestrado).
- RODRIGUES, A.D.
1986 *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- ROOSEVELT, A.C.
1991a Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. W.A. Neves (Org). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, SCT/CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi: 103-141.
- 1991b *Moundbuilders of Amazon*. New York, Academic Press.
- 1995 Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. W.K. Barnett; J. Hoopes (Eds.) *The emergence of pottery: technology and innovation in ancient societies*. Washington, Smithsonian Institution Press: 115-131.
- ROOSEVELT, A.C. et al.
1991 Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in Brazilian Amazon. *Science*, 254: 1621-1624.
- SALZANO, F.M.; SUTTON, H.E.
1965 Haptoglobin and transferrin types of indians from Santa Catarina. *American Journal of Human Genetics*, 17 (3): 280-289.
- SALZANO, F.M.; FREIRE-MAIA, N.
1967 *Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- SALZANO, F.M.; CALLEGARI-JACQUES, S.
1988 *South American Indians: a case study in evolution*. Oxford: Clarendon Press.
- SANTOS, S.C.
1973 *Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme.
- SCHADEN, F.
1958 Xokleng e Kaingang. *Revista de Antropologia*, 6 (2): 105-112.

- SCHMITZ, P.I.
 1959 A cerâmica guarani da ilha de Santa Catarina e a cerâmica da Base Aérea. *Pesquisas, antropologia*, 3: 267-325.
 1968 Grandes complexos de cerâmica indígena no sul do Brasil. *Pesquisas, antropologia*, 18: 127-140.
 1972 Cronología de las culturas del sudeste de Rio Grande do Sul, Brasil. *Antecedentes y Anales del I Congreso Nacional de Arqueología. II Encuentro de Arqueología del Interior*. Fray Bentos: 105-117.
 1973 A pesquisa arqueológica no Estado do Rio Grande do Sul. *Dédalo*, 17-18: 67-86.
 1977 Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul. *Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: 50-60.
 1981 La arqueología del nordeste argentino y del sur de Brasil en la visión del Dr. Osvaldo Menghin y de los arqueólogos posteriores. *Estudios Leopoldenses*, 18 (64): 207-224.
 1988 As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos 02*: 74-130.
 1991 Áreas arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 1: 3-20.
- SCHMITZ, P.I.; BECKER, I.I.B.
 1991 Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. A. Kern (Org.) *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto: 251-289.
- SCHMITZ, P.I.; BROCHADO, J.P.
 1981a Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul, Brasil. *Estudios Leopoldenses*, 18 (64): 131-160.
 1981b Arqueologia de Rio Grande do Sul, Brasil. *Estudios Leopoldenses*, 18 (64): 161-184.
- SERRANO, A.
 1936 *Etnografía de la Antigua Provincia del Uruguay*. Paraná: Melchior.
 1937 Arqueologia brasileira. Subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. *Revista do Arquivo Municipal*, 36: 3-42.
 1957 Los Kaingang de Rio Grande do Sul a mediados del siglo XIX. Según un Manuscrito del Ten. Cel. A. Mabilde. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, 7: 164-82.
 1972 *Líneas fundamentales de la Arqueología del Litoral (una tentativa de periodización)*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.
- SILVA, F.A.
 s.d. As cerâmicas dos Jê do sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. *Revista do CEPA* (no prelo).
- SILVA, F.A.; NOELLI, F.S.
 1996 Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-História e arqueologia. *Estudios Ibero-Americanos*, 22 (1): 5-13.
- SILVA, F.A.; MEGGERS, B.J.
 1963 Cultural development in Brazil. B.J. Meggers; C. Evans (Eds.) *Aboriginal Cultural Development in Latin America: An Interpretative Review*. Washington D.C., Smithsonian Institution: 119-129.
- SIMONIAN, L.T.L.
 1975 *Cultura Material Xokleng*. Ijuí, Museu Antropológico Diretor Pestana/FIDENE.
- SIMS-WILLIAMS, P.
 1998 Genetics, linguistics, and prehistory: thinking big and thinking straight. *Antiquity*, 72 (277): 505-527.
- SULLIVAN, E.; MOORE, S.
 1990 *The Schokleng of Brazil*. Saint Augustin.
- SUSNIK, B.
 1995 *Dispersión tupí-guaraní prehistórica. Ensayo analítico*. Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbedo"
 1994 *Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua. Formación y dispersión étnica*. Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbedo"
- TERMINOLOGIA
 1976 Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1 (1): 119-148.
- TOMMASINO, K.
 1995 *A História Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. São Paulo, FFLCH-USP (tese de doutorado).
- URBAN, G.
 1978 *A model of Shokleng social reality*. Chicago, University of Chicago (tese de doutorado).
 1992 A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. M. Carneiro da Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras/FAPESP/SMC: 87-102.
- VEIGA, J.
 1994 *Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional*. Campinas: IFCH-UNICAMP.
- VON DEN STEINEN, K.
 1894 *Unter den Naturvölkern Central Brasiliens*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag.
- WIESEMANN, U.
 1978 Os dialetos da língua Kaingang e Xokleng. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, 3: 197-217.
- WILLEY, G.
 1949 Ceramics. J. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*, Washington, Smithsonian Institution, 5: 139-204.
 1971 *An introduction to American Archaeology*. South America, vol. 2. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- WÜST, I.
 1990 *Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. São Paulo, FFLCH-USP (tese de doutorado).

NOELLI, F.S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3: 285-302, 1999.

1992 Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 2: 13-26.

1998 Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. *Antiquity*, 72 (277): 663-675.